

Quem é o vice?

Gaudêncio Torquato (*)

Quem é o vice? Eis a pergunta central da semana

Quando Alckmin e o Centrão davam como certo o nome do Josué Gomes, filho do falecido ex-vice-presidente da República, José Alencar, para compor sua chapa, o mineiro dono da Coteminas sinaliza desistência. Josué animaria o 2º maior colégio eleitoral do país, o de MG, com 16 milhões de eleitores. O Centrão corre atrás de outro nome.

Já o vice-líder das pesquisas de intenção de voto, logo abaixo de Lula, o capitão Bolsonaro teve vetado pelo PRP o nome do general Augusto Heleno, enquanto a advogada Janaína Paschoal sinaliza não ter muito interesse em figurar como vice. Por que a dificuldade dos candidatos para compor a chapa que disputará a eleição presidencial?

Vejam. O vice-presidente é o segundo cargo mais importante do país. Substitui o presidente em seus impedimentos. E no Brasil, tendo em vista a presença constante do Senhor Imponderável dos Anjos, que aprecia nos fazer visitas inesperadas, a condição de vice assume maior importância. Nos últimos tempos, basta lembrar José Sarney, assumindo no lugar de Tancredo Neves, Itamar Franco, que se sentou na cadeira de Fernando Collor, e Michel Temer, ocupando o lugar de Dilma Rousseff.

O arranjo para se encontrar um bom nome não é fácil. Exige poder de agregação. Respeitabilidade, capacidade de articulação política, densidade (conhecimento sobre a realidade do país), trânsito fácil no meio congressual e, ainda, experiência, qualidade não necessariamente ligada à política. Um perfil vitorioso do setor produtivo cai bem, como seria o caso de Josué.

A composição da chapa presidencial deve também observar a equação regional, pela qual terão prioridade regiões de alta densidade eleitoral. Combinação que junte o Sudeste, com mais de 40% dos votos, com o Nordeste, com seus 26% dos votos, é bastante recomendada. É evidente que a pessoa a compor a chapa há

de ter influência e visibilidade em sua região.

Sob esses condicionamentos, a escolha de nomes-fantasia (figuras que circulam apenas em seu meio ou celebridades) pode ser um tiro n'água. O nome do coronel Marcos Pontes, que fez um voo espacial em uma nave russa Soyuz, após Lula ter pago US\$ 10 milhões pela carona, é uma brincadeira de mau gosto. Já imaginaram o astronauta comandando o país no impedimento do titular?

O mesmo se pode dizer do príncipe Luiz Philippe de Orleans e Bragança, da Casa Imperial Brasileira. Significaria um defensor da monarquia na linha de frente da política. Os dois são referências para a composição da chapa de Bolsonaro.

O fato é que os entraves para a escolha de vices mostram as incertezas que pairam sobre os candidatos à Presidência. Nomes mais fortes demonstram preferir um pássaro na mão do que dois voando. Parece ter sido esse o motivo que balizou a decisão do senador Magno Malta (PR) em não aceitar ser vice de Bolsonaro. Dúvidas cobrem também chapas para governos de Estados. Os escolhidos precisam ser respeitados.

Urge ter cuidado com a escolha de vices. Na campanha de 1996 para a Prefeitura de Boa Vista (RR), Ottomar Pinto, ex-governador e candidato a prefeito, escolheu o vice Clodezir Filgueiras, de apelido Mimi, pessoa não muito conhecida pelo povão. A oposição contratou um gago querido na cidade. Que aparecia no programa do opositor gozando: "quem é o vice, quem é o vice?" Embutia a subliminar: Ottomar, depois de 2 anos, deixaria o vice na prefeitura para se candidatar ao governo. Uma traição ao povo.

A intenção de voto de Ottomar desabou. Mas o gaguejo foi "cooptado" com promessas. Virou a casaca. No mesmo lugar em que gravou sua gozação, lá estava ele: "quem é o vice, quem é o vice? Completava: 'é meu amigo Mimi'". A cena agora mostrava os dois abraçados. Estratégia que reverteu a situação. Clodezir foi feito herói. Ottomar ganhou. Depois de grande susto.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação. Twitter@gaudortquato.

Brasileiros rejeitam o falso 'novo' e preferem políticos experientes

Metade dos brasileiros (50%) prefere que o próximo presidente do país seja político há muitos anos. Em dezembro de 2017, quando outro levantamento semelhante foi feito, esse índice era de 39%

Na época, a maioria dos entrevistados (52%) preferia um nome novo. Em novo estudo realizado pela Ipsos, entre 1º e 15 de julho de 2018, o desejo por um "outsider" caiu para 44%. Foram entrevistadas 1.200 pessoas em 72 municípios das cinco regiões do país. A margem de erro é de três pontos percentuais.

"Havia uma demanda por nomes de fora da política, mas essa oferta não se concretizou, de modo que o eleitor passa a olhar as atuais opções de maneira mais pragmática", analisa Danilo Cersosimo, diretor da Ipsos Public Affairs. A pesquisa também questionou os eleitores se eles preferiam um presidente "experiente" ou "íntegro e ético". A opção pela experiência subiu de 31% para 41%, enquanto a escolha por integridade caiu de 65% para 56%. É desejado pela maioria



O voto "útil" ou um voto "tático" acabará sendo comum, o que levará o eleitor a não votar em candidatos que ele desaprova.

dos entrevistados (55%) que o novo presidente tenha capacidade de combater a corrupção, enquanto 43% preferem alguém que tenha capacidade de gerar mais empregos.

As opiniões estão divididas entre ter um político de parti-

do tradicional na presidência (preferência de 48%) ou ter um político de um partido novo (44%). A desaprovação dos políticos permanece alta, com pouca variação. O presidente Temer lidera o ranking com 94% de avaliação negativa, Geraldo

Alckmin (68%) e, empatados, Ciro Gomes e Marina Silva (ambos com 63%). O deputado Jair Bolsonaro é desaprovado por seis (60%) em cada dez brasileiros, índice próximo ao de Henrique Meirelles (58% de rejeição). Lula tem 53% de desaprovação e Manuela D'Ávila, 47%. Guilherme Boulos e João Amoêdo aparecem empatados com 44% de avaliação negativa.

O diretor da Ipsos avalia que, talvez mais do que nunca, o voto "útil" ou um voto "tático" em uma opção considerada menos pior (que é um conceito muito subjetivo) acaba sendo muito comum em 2018, o que levará o eleitor a votar em candidatos que ele desaprova. Não houve grande variação da aprovação positiva. Os dados do levantamento fazem parte do Barômetro Político, pesquisa que integra o estudo Pulso Brasil, realizado mensalmente pela Ipsos.

Medicamentos pelos Correios

Os medicamentos destinados ao tratamento de pacientes com doenças crônicas serão disponibilizados, aos cadastrados, pelos Correios. É o que determina o projeto do deputado Walter Alves (PMDB-RN), em tramitação na Câmara dos Deputados. O objetivo do projeto, segundo o deputado, é facilitar o acesso de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) aos medicamentos distribuídos gratuitamente.

"Proporcionando a entrega direta dos medicamentos por meio de operação postal, o Ministério da Saúde atende ao princípio constitucional da eficiência da administração pública, bem como atua para assegurar o direito à saúde dos cidadãos em tratamento de doenças crônicas", disse Alves. O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Ag. Câmara).

Congresso tem 17 medidas provisórias para votação

A partir de amanhã (1º), com o fim do recesso parlamentar do meio do ano, senadores e deputados federais retornarão aos trabalhos legislativos e encontrarão pelo menos 17 medidas provisórias (MPs) para serem votadas, todas editadas neste ano. A maioria delas deverá ser votada nos meses de agosto e setembro, antes das eleições gerais de outubro. Algumas são relativas ao acordo do governo federal para acabar com a greve dos caminhoneiros realizada em maio.

A MP 829/2018 já está pronta para ser incluída na pauta de votações do Senado. A MP autorizou a prorrogação por até um ano de 187 contratos dos ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e da Ciência e Tecnologia. A nova data limite para os contratos, de acordo com a MP, é 15 de agosto de 2019. Depois de lida pela Mesa do Senado, a MP passará a trancar a pauta de votações e terá de ser votada até 14 de setembro para não perder a eficácia.

A MP que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário, que funcionará por cinco anos e terá como



A maioria das MPs deverá ser votada nos meses de agosto e setembro, antes das eleições gerais de outubro.

objetivo ampliar a capacidade logística do Sistema Ferroviário Nacional. Outras quatro foram aprovadas em comissões e estão prontas para serem votadas pela Câmara, que em seguida deverá enviá-las ao Senado. A MP que reservou 30% do frete contratado pela Conab para cooperativas de transporte autônomo. A MP que alterou a Lei dos Motoristas para estender para as rodovias estaduais, distritais e municipais a dispensa de pagamento de pedágio do eixo suspenso de caminhões.

Outra MP é a que instituiu uma indenização de caráter

temporário e emergencial ao policial rodoviário federal que, voluntariamente, trabalhar durante o repouso remunerado em ações relevantes, complexas ou emergenciais que exijam significativa mobilização da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Também a MP que criou 164 cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores para atender a necessidades da área de segurança pública do governo. Os cargos foram destinados ao Ministério de Segurança Pública, criado em fevereiro (Ag. Senado).

Animais domésticos poderão embarcar em meios de transporte

Os donos de animais domésticos poderão ter o direito de transportar os pets em linhas regulares nacionais, interestaduais e intermunicipais. A regra vale para conduções terrestres, aéreas e aquaviárias. A determinação está prevista em projeto que aguarda a designação de relator na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado.

O projeto, do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), acrescenta uma nova atribuição à Anac: estabelecer padrões mínimos de segurança, higiene e conforto para o transporte de animais domésticos. O peso do animal não pode ser incluído na franquia da bagagem. A empresa poderá cobrar um valor adicional pelo transporte do pet. Os donos devem apresentar documentos comprobatórios da sanidade do animal doméstico. Serão aceitos atestados médicos emitidos por veterinário até 15 dias antes da viagem ou cartão de vacinação atualizado, que confirme a aplicação de doses antirrábica e polivalente.

Os bichos precisam estar higienizados para que sejam embarcados. Eles devem ser acondicionados em caixas apropriadas durante toda a permanência no veículo e só podem ser levados em local definido pela empresa. O texto proíbe o deslocamento em via terrestre por mais de 12 horas seguidas sem descanso, assim como transportar pet fraco, doente, ferido ou em adiantado



A regra vale para conduções terrestres, aéreas e aquaviárias.

estado de gestação. A exceção é para a hipótese de atendimento de urgência. O animal de até 8 quilos pode ser transportado na cabine de passageiros, desde que fique em compartimento apropriado, com segurança e sem causar desconforto aos demais usuários.

Mas há um limite de dois bichos por veículo em cada viagem. Os pets com mais de 8 quilos devem ficar fora da cabine. O deficiente visual tem o direito de embarcar e permanecer acompanhado com o cão, independentemente do peso do animal e do pagamento de tarifa. O passageiro que tentar embarcar animal em desacordo com as regras do projeto pode ser obrigado a deixar o veículo (Ag. Senado).

50% dos britânicos querem novo plebiscito sobre Brexit

Uma pesquisa indica que 50% dos britânicos são a favor da realização de um novo plebiscito sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, chamada de Brexit. A data prevista para a ruptura, que está sendo negociada pelas duas partes, é o dia 29 de março de 2019. O estudo apontou que 40% dos eleitores são contra a nova votação e 10% estão indecisos. Quando questionados entre as três possibilidades em questão, 48% se declararam a favor da permanência no bloco, 27% preferem a ruptura sem nenhum acordo e 13% optariam pela saída negociada, nos modelos propostos pela primeira-ministra Theresa May.

O governo apresentou um plano para criar uma zona de livre comércio com a UE, para bens industriais e agrícolas e baseada em "regras comuns", o que seria uma espécie de proposta intermediária. Para 65% dos entrevistados, entre eles uma maioria que votou a favor do Brexit em junho de 2016, o resultado da saída será negativo para o país. Para 78%, o governo May não está fazendo um bom trabalho nas negociações com



Theresa May: "sob nenhuma circunstância" será realizado um novo plebiscito.

Bruxelas, e 74% não aprovam o trabalho da premier em geral.

Sobre o impacto direto do Brexit na vida do cidadão, 42% acreditam em um efeito negativo, 18% acham que a saída não vai afetar a vida pessoal e 31% creem em consequências positivas. O governo de Theresa May, por meio de seu porta-voz, afirmou ontem (30) que "sob nenhuma circunstância" será realizado um novo plebiscito, segundo notícia do site da Sky News britânica.

A pesquisa entrevistou 1466

clientes da Sky pela internet, entre os dias 20 e 23 de julho. Se houver acordo com Bruxelas, o Brexit entrará em vigor em 29 de março de 2019, mas com um período de transição até 31 de dezembro de 2020. Por outro lado, se não houver concordância, a ruptura será total e imediata a partir do próximo dia 30 de março. O plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da UE foi realizado em junho de 2016, com 52% dos eleitores votando a favor da ruptura e 48% contra (ANSA),

Presidente da Colômbia deixará a vida política

O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, disse que, ao final de seu mandato, deixará a vida política. O anúncio foi feito na última quinta-feira (26), durante um encontro de conselheiros de paz em Bogotá, capital do país. "Chega ao fim o meu governo, assim como minha vida política", disse Santos, que entregará o cargo a seu sucessor, Iván Duque, no próximo dia 7.

O líder político, membro e fundador do Partido Social de Unidade Nacional, tem 67 anos e recebeu o prêmio Nobel da Paz em 2016 por sua atuação nas negociações com as Farc. O grupo foi rebatizado como Força Alternativa Revolucionária do Comum e agora é um partido político, não mais uma guerrilha.

"Vou me dedicar à minha família e passar mais tempo com minha primeira neta, Celeste. Pretendo dar palestras e aulas", disse Santos, que é advogado e economista. "A única coisa que não farei é incomodar meu sucessor", acrescentou, em indireta a seu antecessor, Álvaro Uribe, principal opositor ao acordo com as Farc. "Todo presidente tem seu tempo, não faz bem agarrar-se ao poder nem procurar se perpetuar nele", concluiu.

O presidente também afirmou que, após deixar o cargo, pretende ter atuação parecida com a do ex-mandatário Belisario Betancourt (1982-1986), que, segundo ele, é o melhor de todos os ex-governantes colombianos (ANSA).